



ESTADODORIOGRANDEDOSUL

**MUNICÍPIO DE GAURAMA  
PODER EXECUTIVO**

**LICENÇA DE OPERAÇÃO LO N° 09/2020**

A Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente habilitada para a realização de licenciamentos Ambientais de atividades de impacto local, conforme Lei Complementar n.º 140/2011, resolução do CONSEMA n.º 372/2018 e pelas atribuições que lhe confere e com base no protocolo ambiental nº028/2020 expede a presente LICENÇA de OPERAÇÃO que autoriza:

**I- IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**

**Empreendedor:** Elias Seibt & Enar Seibt Ltda

**CNPJ:** 93.135.937/0001-55

**II- IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE**

**Atividade:** Serraria e desdobramento sem tratamento de madeira (CODRAM 1510-20); Fabricação de artefatos/ estruturas de madeira (exceto móveis) (CODRAM 1540-00); e Fabricação de móveis, sem tratamento de superfície e com pintura a pincel ou sem pintura (CODRAM 1611-40)

**Porte:** Pequeno

**Potencial Poluidor:** Médio

**Área total do terreno:** 5.909,32 m<sup>2</sup>

**Área útil construída:** 931,80 m<sup>2</sup>

**Área de atividades ao ar livre:** 1.058,20 m<sup>2</sup>

**Área útil total:** 1.990,00 m<sup>2</sup>

**Endereço:** Distrito Industrial – RS 331, Km 15 – Gaurama/RS

**Coordenadas Geográficas (Datum Sirgas 2000):** Lat. -27 35' 26,4" Long. -52 06' 40,0"

**ESTA LICENÇA DE OPERAÇÃO REVOGA A LO N° 7/2019 DEVIDO A ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL**

**1 – CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES**

**1.1 Quanto ao empreendimento**

- Esta Licença a operação dos seguintes equipamentos principais: 01 serra fita, 01 tupia, 01 lixadeira e 01 plain.
- A capacidade produtiva máxima mensal da empresa é de 130m<sup>3</sup>/mês de madeira serrada, 100m<sup>3</sup>/mês de forro, 250m<sup>3</sup>/mês de assoalho, 250 m<sup>3</sup>/mês de parede e 200 unidades/mês de cadeiras.
- O beneficiamento de madeira de espécie nativa deverá ser devidamente licenciada, acompanhado do DOF (Documento de Origem Florestal).

*Handwritten signature in blue ink.*



**MUNICÍPIO DE GAURAMA  
PODER EXECUTIVO**

- No caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas linhas de produção, ampliação de área ou de produção, realocação, etc.) deverá ser previamente providenciado o licenciamento junto ao órgão ambiental competente.
- O empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento.

**1.2 Quanto à Conservação e Preservação Ambiental**

- Este empreendimento deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecido na Lei Federal N.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006, bem como no Decreto Federal N.º 6.660, de 21 de novembro de 2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

**1.3 Quanto às emissões atmosféricas**

- Os níveis de ruído gerados pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 01, de 08 de março de 1990.

**- Não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera.**

- As atividades exercidas pelo empreendimento deverão ser conduzidas de forma a não emitir substâncias odoríferas na atmosfera em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de sua propriedade.
- Os equipamentos de processo deverão ser mantidos operando adequadamente, para garantir sua eficiência, de modo a evitar danos ao meio ambiente e incômodo à população

**1.4 Quanto aos resíduos sólidos**

- Deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado.
- Deverá haver Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.404/2010.
- Deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM n.º 033/2018, de 23/04/2018, publicada no DOE em 24 de abril de 2018, referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos - MTR.
- Deverá ser preenchida e enviada a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, semestralmente nos meses de janeiro e julho, a "Planilha de Geração de Resíduos Sólidos" para a totalidade dos resíduos sólidos gerados.
- Deverá ser verificado o licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais seus resíduos estão sendo encaminhados, e atentado para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º

✓  
48



**MUNICÍPIO DE GAURAMA  
PODER EXECUTIVO**

38.356 de 01 de abril de 1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros.

- Deverá ser mantida à disposição da fiscalização ambiental, comprovante de venda de todos os resíduos sólidos que forem vendidos e comprovante de recebimento por terceiros de todos os resíduos que forem doados com as respectivas quantidades, por um período mínimo de 02 (dois) anos.
- Fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação.
- As lâmpadas inservíveis contendo mercúrio deverão ser armazenadas íntegras, embaladas e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação.

**1.5 Quanto ao esgoto sanitário**

- Os efluentes líquidos sanitários deverão ser convenientemente tratados para posterior infiltração no solo, conforme especificações das Normas Técnicas da ABNT NBR 7.229/93 e NBR 13.969/97.
- Deverá ser assegurada a distância mínima de 1,50 metros entre o fundo do sumidouro e o nível sazonal mais alto da superfície do aquífero freático.
- **Não poderá haver nenhuma forma de ligação direta entre o sistema de coleta e tratamento dos efluentes sanitários com a rede de drenagem pluvial e/ou recursos hídricos**

**1.6 Quanto aos Efluentes Líquidos Industriais**

- Não poderá haver a geração de efluentes líquidos industriais decorrentes da atividade do empreendimento

**1.7 Quanto aos Riscos Ambientais**

- Deverão ser obedecidas as normas de segurança e saúde do trabalhador, com o material para situação de acidente e emergência facilmente identificado e em local de fácil acesso.
- Deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate à incêndio.

**1.8 Quanto ao Cadastro Florestal e Cadastro Técnico Federal**

- Deverá ser mantido à disposição da fiscalização o Alvará para Atividade com Cadastro Florestal-RS para a categoria de consumidor e comerciante.
- Deverá ser mantido à disposição da fiscalização o Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA.

**2 CONDICIONANTES**

**a) Com vistas à solicitação de renovação da Licença de Operação deverá ser apresentado o seguinte:**

1. Comprovante do pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental;
2. Cópia da Licença de Operação em vigor;

48



ESTADODORIOGRANDEDOSUL

**MUNICÍPIO DE GAURAMA**  
**PODER EXECUTIVO**

3. Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;
4. Formulário de Licenciamento Ambiental devidamente preenchido e atualizado;
5. Relatório Fotográfico do empreendimento;
6. Atendimento as condicionantes/recomendações e das restrições da Licença de Operação;
7. Cópia da Licença de Operação a ser renovada;
8. Cópia da Certidão de Registro da Atividade no Cadastro Florestal – RS, com data de validade vigente;
9. Cópia do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;
10. Cópia do alvará do corpo de bombeiros;
11. Declaração de inalterabilidade da atividade.
12. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional pelas informações e laudos.

O município de Gaurama, mediante decisão motivada, poderá propor adequações, suspender ou cancelar a Licença de Operação, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- constatar omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da Licença;
- graves riscos ambientais e a saúde.

**Qualquer alteração ou ampliação da atividade deverá ser precedida de anuência do município de Gaurama. Caso ocorra a interrupção das atividades, a mesma deverá ser comunicada.**

**O empreendimento deverá requerer renovação desta Licença no prazo mínimo de 120 dias da expiração do prazo de validade fixado na respectiva licença.**

**Se cabível, que seja aplicada penalização, multa pecuniária, decorrente do atraso na implantação das medidas mitigadoras e/ou compensatórias.**

***Fica o empreendedor obrigado ao adimplemento de todas as parcelas vincendas, quando o pagamento dos custos for através da opção de parcelamento. Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à PREFEITURA MUNICIPAL DE GAURAMA, em seu órgão competente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.***

Esta licença é válida para as condições acima até 07 de Outubro de 2023, porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

*Handwritten signature in blue ink.*




ESTADODORIOGRANDEDOSUL

**MUNICÍPIO DE GAURAMA  
PODER EXECUTIVO**

*Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais. Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.*

**Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período De 16 de Junho de 2020 até 07 de Outubro de 2023.**

Gaurama, 16 de Junho de 2020.



---

**LEANDRO MARCIO PUTON  
PREFEITO MUNICIPAL**



---

**ANGELICA SACCOMORI  
LICENCIADORA AMBIENTAL  
CRBio/RS 110311/03**